

SEM BOTÃO DE EJEÇÃO

Gastão Reis Rodrigues Pereira
Publicado no JB – 28 Setembro 2005.

Se eu lhe propusesse, caro leitor, fazer uma pesquisa em qualquer esquina do Brasil sobre a dissolução do atual congresso, com convocação imediata de eleições gerais, é certo que 11 entre 10 entrevistados diriam um sonoro SIM! Infelizmente, isso não é possível pelas regras constitucionais vigentes. Temos um governo (e um congresso) com prazo de validade vencido, mas que vai continuar porque o mandato ainda não acabou. Para piorar mais ainda as coisas, descobrimos que nos deixamos enganar por essa fúria apuradora de responsabilidades, que lhe parece óbvia, mas não é. Calma! Não estou defendendo a impunidade geral. Muito pelo contrário. Afirmar que o Brasil já adquiriu suficiente solidez institucional para resistir a crises é uma meia verdade. Seria preciso acrescentar: a passo de cá-gado. Estou dizendo que esquecemos de estabelecer regras capazes de dar soluções rápidas às crises. Governo deveria ser uma questão de confiança. Em qualquer país que disponha de salvaguardas para os momentos de crise, o governo (ou o gabinete) já teria caído, por não obter o voto de confiança do Parlamento. Ou o presidente, respaldado pela constituição e na qualidade de Chefe de Estado – e não de Governo –, já teria dissolvido o Congresso e convocado eleições gerais diante da atual situação. Sonho parlamentarista, diria você. Diante do pesadelo presidencialista, este sonho merece ser investigado muito mais a fundo.

Antes de mais nada, impõe-se sair da atual agenda negativa e montar uma agenda positiva para o futuro. Remexer e sentir o mau cheiro não resolve. Obviamente, a proposta parlamentarista teria que contemplar as devidas salvaguardas como a possibilidade constitucional de dissolver o congresso, a fidelidade partidária, o voto distrital misto, a cláusula de barreira, o voto facultativo e outros requisitos que obrigassem o político a servir ao partido e ao país ao invés de se servir deles, como constatamos, atônitos, a cada denúncia confirmada. Predomina o umbigo de cada um ao invés do interesse público a que é preciso devolver a majestade perdida. Sem uma visão de longo prazo, a permanecerem as atuais regras eleitorais e partidárias, um novo governo não terá nunca sustentação parlamentar para implementar o seu programa de governo. Normalmente, a cada novo presidente eleito, ele consegue, no máximo, eleger cerca de 20% dos deputados federais e senadores de seu próprio partido, tendo que compor com partidos cujos programas são diferentes do dele, que recebeu as bênçãos da aprovação popular. A vontade popular acaba desfigurada em função de uma perversa legislação partidário-eleitoral centrada em interesses que não são os do país. Mais grave ainda: que incentiva a procriação desses seres umbigóides tão maléficos ao país e à nossa auto-estima.

Um defensor do presidencialismo diria que não temos tradição parlamentarista. Somente nossa amnésia histórica nos leva a esquecer que este país, durante quatro séculos, teve uma prática parlamentarista que nasceu nas câmaras municipais cujos presidentes eram os prefeitos de nossas cidades. O Brasil foi também uma exceção, na América Latina, já em seu período independente. Tivemos, durante o meio século do Segundo Reino, um

regime parlamentarista, que funcionou bastante bem ainda que não fosse puro para o bem do país na época. Quanto à pureza do parlamentarismo, cabe aqui o alerta do historiador José Murilo de Carvalho sobre a função do Poder Moderador de então. Se coubesse ao chefe da maioria organizar o novo ministério a partir de eleições feitas por ele, teria-mos permitido que um grupo ou partido se perpetuasse no poder com as seqüelas de revoltas e golpes de Estado, já tão comuns na América espanhola, e tão temidos e desprezados, com razão, pelos políticos do Império. A alternância dos partidos no poder, ainda que obtida pela interferência do Poder Moderador exercido por Pedro II, era fator indispensável ao nosso amadurecimento político, preparando o caminho para a plenitude democrática. Claro que, hoje, a concepção do poder moderador, mesmo num contexto republicano não ideal, teria que ser repensada, mas jamais dispensada. A sanidade institucional de que o país tanto necessita recomendaria a todos nós beber dessa fonte que nos propiciou ser uma exceção invejada pelos demais países latino-americanos no século XIX. O Brasil não foi sempre o que é hoje. Fica o desafio de usarmos a imaginação para recolocar o país na rota desejada por todos nós. E o botão de ejeção nas crises...

Gastão Reis

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br

Meu site: www.smart30.com.br